



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	13

CAPÍTULO 1

A IMPORTÂNCIA DE SISTEMATIZAÇÃO DO “DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL” COMO RAMO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	19
--	----

CAPÍTULO 2

COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO	26
--------------------------------	----

CAPÍTULO 3

EVOLUÇÃO NORMATIVA	35
--------------------------	----

CAPÍTULO 4

A COMPETÊNCIA INTERNACIONAL NO DIREITO ESTRANGEIRO.	42
4.1. Portugal.....	44

4.2. Itália	47
4.3. União Europeia	52
4.4. Estados Unidos	56

CAPÍTULO 5

OS PRINCÍPIOS QUE INFORMAM O MODELO BRASILEIRO DE COMPE- TÊNCIA INTERNACIONAL	63
5.1. Princípio da efetividade	65
5.2. Princípio da submissão	71
5.3. Princípio da não denegação de justiça	74
5.4. Princípio da inconveniência do foro (<i>forum non conveniens</i>)	78
5.5. Balanceamento na aplicação dos princípios	85

CAPÍTULO 6

A COMPETÊNCIA INTERNACIONAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	91
6.1. As hipóteses de competência concorrente	93
6.1.1. Réu domiciliado no Brasil	94
6.1.2. Obrigação a ser cumprida no Brasil	101
6.1.3. Fato ocorrido ou ato praticado no Brasil	104
6.2. As hipóteses de competência exclusiva	107
6.2.1. Imóveis situados no Brasil	107
6.2.2. Inventário e partilha de bens situados no Brasil	110
6.2.3. Outras hipóteses de competência exclusiva	115
6.2.3.1. Anulação de patente registrada no Brasil	116
6.2.3.2. Falência de comerciante domiciliado no Brasil	118
6.3. Competência direta e indireta. Homologação de sentença estrangei- ra e cartas rogatórias	122

CAPÍTULO 7

CAUSAS DE MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA INTERNACIONAL	127
---	------------

7.1. Litispendência internacional (art. 90 do CPC)	127
7.1.1. Tratados e Convenções Internacionais sobre litispendência internacional	139
7.2. Conexão e continência	141
7.3. Cláusula de eleição de foro	144
7.3.1. Tratados e Convenções Internacionais sobre eleição de foro ..	153
CONCLUSÕES.....	159
REFERÊNCIAS.....	163